



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

MINUTA DA ATA NÚMERO VINTE E SEIS DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014

MINUTA DE ATA para efeitos executórios aprovada pelos Membros do Executivo presentes. -----

PRESENTES: António Manuel Pina Fonseca, Rita Isabel Almeida Silva, Alexandre Filipe Fernandes Lote, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e José Fernando Almeida Tomaz. -

AUSENTES: -----

DELIBERAÇÕES: -----

1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA 2015: ---

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

ORÇAMENTO -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com duas abstenções as do Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e do Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz -----

2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA O ANO 2015: -----

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

ORÇAMENTO -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)



Embora a evolução do Relatório de Actividades e Orçamento para 2015 tenha tido uma melhoria significativa face ao ano anterior denota contudo que não encontramos justificações claras e lógicas quer para os aumentos quer para os cortes orçamentais, nomeadamente naqueles cujas alterações percentuais exagerados apresentam valores absolutos significativos.

É notório que o executivo tenta trazer para o documento o carácter legal que as diversas leis que regem as autarquias exigem, no entanto, os documentos, além de não terem correspondência directa no plano orçamental, ignorando até o rigor da ordem de serviço do senhor presidente da CM, também não cumprem o Plano de Reequilíbrio. Este documento que é tão querido ao executivo, quando pretendeu aumentar para os valores máximos as taxas camarárias, não tem importância quando toca à redução da despesa nos custos com pessoal. E o aumento apresentado não é causado pela devolução dos 20% taxa da reversão salarial, como se anuncia, mas deriva, sobretudo, do aumento do quadro de pessoal dirigente, que em nosso entender, sempre considerámos exagerado face à actividade actual do Município.

Também o carácter argumentativo, balizador e redutor da lei, que sempre serve de argumento na tomada de decisões do executivo, não tem correspondência no regime jurídico das autarquias locais, lei 75/2013, quando estabelece, no seu artº 31 nº 3, que, "no orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessária ao seu funcionamento e representação". Esta atitude, não cumprindo o número anterior, só pretenderá manter a brecha aberta no relacionamento institucional com o Presidente da AM.

No que toca ao endividamento bancário, embora já tenhamos conseguido obter respostas mais rigorosas para este orçamento, consideramos que face à enorme descida das taxas de juro que se tem verificado, a fatídica entrada no FAM não será, em nosso entender, absolutamente necessária, e o esforço de redução de

despesa já efectuada, associado à redução da despesa com pessoal dirigente, permitiria evitar outros males maiores, provocados pelas condicionantes do Fundo, como seja a redução do pessoal do quadro permanente, e com a qual estamos liminarmente contra.

Ora, porque nas nossas votações anteriores, estivemos contra o aumento das taxas, estivemos contra o aumento do quadro de pessoal dirigente, e estaremos contra a entrada no FAM, não poderíamos votar favoravelmente o Orçamento Municipal para 2015, apresentado pelo executivo, pelo que os vereadores do PSD se abstêm.



Handwritten signature in blue ink, appearing to read "João Cunha".